

HABEAS CORPUS Nº 521.720 - SP (2019/0206043-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNA GONÇALVES DA SILVA LOUREIRO - RJ142665
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDRÉ SANTOS CARRARA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. FURTO. TRÂNSITO EM JULGADO. OCORRÊNCIA. PERDA DO OBJETO.
Writ prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de **André Santos Carrara**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (Embargos de Declaração na Apelação n. 0000956-95.2016.8.26.0635/50000).

A impetrante requer seja deferido o pedido de liminar em favor do paciente para suspender a execução provisória do acórdão que, ao manter a sentença, o condenou às penas de 1 ano de reclusão em regime semiaberto e de pagamento de 10 dias-multa, pela prática do crime descrito no art. 155, *caput*, do Código Penal, e determinou a expedição de mandado de prisão.

Em parecer, o Ministério Público Federal sustentou a prejudicialidade deste *writ* (fls. 127 e 128).

É o relatório.

Inicialmente, forçoso reconhecer a perda superveniente do objeto do *presente writ em relação ao referido paciente* (HC n. 476.480/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 22/8/2019).

Erigida essa premissa, oportuna a manifestação da Subprocuradoria-Geral da República no sentido da perda superveniente de objeto deste *writ* (fl. 127):

[...] A impetrante requer seja deferido o pedido de liminar em favor do paciente para suspender a execução provisória do acórdão que, ao manter a sentença, o condenou às penas de 1 ano de reclusão em regime semiaberto e de pagamento de

Superior Tribunal de Justiça

10 dias-multa, pela prática do crime descrito no art. 155, caput, do Código Penal, e determinou a expedição de mandado de prisão.

Em consulta ao sítio desse Superior Tribunal de Justiça, restou verificado que o agravo em recurso especial alusivo à ação penal em questão que tramitava no âmbito desse STJ transitou em julgado no dia 24/09/2019 (ARESP 1567704-SP).

Assim, em razão da perda superveniente do objeto, pugna-se pela extinção do feito, sem julgamento do mérito do *habeas corpus*. Caso conhecido, requer a sua denegação.

[...]

Não há violação dos preceitos processuais quando o Magistrado adota os termos da manifestação ministerial *como razões de decidir* (RHC n. 31.266/RJ, Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), Quinta Turma, DJe 18/4/2012).

Ilustrativamente: HC n. 400.807/SP, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 2/10/2017.

Dessa forma, restam superadas as alegações da defesa que objetivavam a revogação da prisão preventiva.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente *writ*.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator